

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÓS-TABACO NA SAÚDE DO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Kelly Anny Santos de Souza¹

Leticia Taís Marques da Silva²

Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues³

Cristine Maria Pereira Gusmão⁴

Enfermagem



ISSN IMPRESSO 1980-1769

ISSN ELETRÔNICO 2316-3151

RESUMO

Este estudo teve como objetivo caracterizar os impactos da implantação da política nacional de controle de tabaco na saúde brasileira, respaldando-se em seu contexto histórico e políticas públicas ao longo dos anos. Trata-se de uma revisão de literatura que tem por finalidade responder o seguinte questionamento: Quais os impactos das políticas pós-tabaco na saúde brasileira? Utilizou-se artigos científicos, teses, livros, manuais do Ministério da Saúde assim como a Política Nacional de Controle de Tabaco. Os dados foram subdivididos em três contextos: Tratado Mundial de Controle de Tabagismo, Contexto histórico da Política Nacional de Tabagismo Brasileira e Impactos da política de tabagismo na saúde brasileira. A literatura mostrou que o Brasil tem reduzido drasticamente a prevalência de fumantes ao longo dos anos, porém, alguns aspectos como proteção de fumaça em ambientes coletivos, comércio ilegal do tabaco e aumento de impostos precisam ser reavaliados e fiscalizados para que este torne-se menos acessível aos indivíduos, principalmente entre os adolescentes de baixa renda, através de uma política mais inclusiva e efetiva.

PALAVRAS-CHAVE

Tabagismo; Controle do Tabagismo; Saúde Pública; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aimed to characterize the impacts of the implementation of the national tobacco control policy on Brazilian health, based on its historical and public policy context over the years. This is a literature review that aims to answer the following question: What are the impacts of post-tobacco policies on Brazilian health? Scientific articles, theses, books, manuals from the Ministry of Health were used, as well as the National Tobacco Control Policy. The data were subdivided into three contexts: World Tobacco Control Treaty, Historical context of the Brazilian National Tobacco Policy and Impacts of the tobacco policy on Brazilian health. The literature has shown that Brazil has drastically reduced the prevalence of smokers over the years, however, some aspects such as smoke protection in collective environments, illegal tobacco trade and tax increases need to be reevaluated and monitored so that it becomes less accessible to individuals, mainly among low-income adolescents, through a more inclusive and effective policy.

KEYWORDS

Smoking; Tobacco Control; Public health; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2017), no ano de 2015, aproximadamente mais de 10% da população brasileira maiores de 18 anos eram fumantes, número proporcional a mais de 15 milhões de usuários de tabaco, apresentando maior expressividade no público masculino e na população de baixas renda e escolaridade e relacionado diretamente com mais de 70% das mortes por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil.

Em relação a este aspecto, o tabagismo é considerado como a principal causa prevenível pela morbimortalidade no Brasil e no mundo, sendo o maior responsável pelo surgimento das DCNT de acordo com Malta e seus colaboradores (2015). Destaca-se dentre estas, os cânceres de pulmão, doenças cardiovasculares, diabetes mellitus e problemas respiratórios, ocasionando anualmente milhares de mortes precoces, gerando impacto econômico na saúde de efeito global, fazendo com que os países unam-se em prol de medidas de enfrentamento e controle da doença (OPAS, 2019).

O tabagismo configura-se como um gravíssimo problema de saúde pública, sendo caracterizado pela ação de utilizar produtos à base de tabaco sob alguma de suas formas de apresentação: inalado, aspirado ou mascado, mas qualquer um desses formatos possui substâncias maléficas à saúde como nicotina, materiais radioativos, agrotóxicos, metais pesados, dentre outros que agem em diferentes órgãos do corpo humano, causando doenças (VIEGAS, 2008).

Além disso, o tabagismo pode ser definido em duas categorias, uma vez que o resultado de seu produto, a fumaça que é emitida, não prejudica somente ao usuário, o denominado tabagista ativo, mas também colocam em risco à saúde dos indivíduos expostos à poluição ambiental ocasionado pelo tabaco em recintos fechados e coletivos, tratando-se nesse caso dos tabagistas passivos (BRASIL, 2015).

Dessa forma, nas duas últimas décadas o direcionamento para a elaboração de políticas públicas e o estabelecimento de metas para refrear os índices de uso de tabaco aumentaram significativamente nos países, sendo o Brasil, um país evidenciado internacionalmente como um modelo de referência tanto na implantação de programas de controle do tabagismo, quanto em investimentos em campanhas e avanços na área (BAZOTTI *et al.*, 2016)

Assim sendo, este trabalho possui como objetivo descrever os impactos da implantação da política nacional de controle do tabaco na saúde brasileira, respaldando-se por meio do contexto histórico e motivado pelas políticas públicas ao longo dos anos, relacionando com as metas e objetivos alcançados.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura, tipo de estudo em que se busca a resolução de questionamentos e dúvidas embasados em materiais já publicados e de relevância sobre o tema em questão. Nesta modalidade o pesquisador dispõe de ferramentas como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, manuais, bem como os materiais publicados na internet como os artigos científicos disponíveis em bases de dados (GIL, 2017).

Para a realização da seleção dos dados foram pesquisados artigos em bases de dados eletrônica *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), na Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde (BVS), utilizando-se os seguintes descritores “tabagismo” AND “políticas públicas” AND “impactos” AND “saúde pública” AND “controle do tabagismo”. Os artigos foram levantados no período de julho de 2019 a maio de 2020, optando-se pelos estudos disponíveis na íntegra dos anos de 2010 a 2020, sem restrição de idioma.

As pesquisas também foram realizadas em relatórios do Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como obtidos dados relevantes a partir da Política e Programa Nacional de Controle de Tabaco, pois existe uma escassez de estudos que relacionem a inserção das políticas de tabagismo e seus impactos na saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embasado nos dados encontrados e com o intuito de responder ao objeto deste estudo, a temática será contextualizada em três tópicos: as políticas mundiais para o controle do tabagismo, contexto histórico da Política Nacional de Tabagismo, impactos da política de tabagismo na saúde brasileira, abordando assim os aspectos cruciais de cada categoria.

3.1 TRATADO MUNDIAL DE CONTROLE DO TABAGISMO

O andamento da construção do Tratado iniciou no ano de 1999, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconizou a elaboração de um documento de saúde pública com propostas e metas para o enfrentamento do tabagismo numa proporção mundial, surgindo como uma oposição a indústria do cigarro, visto que estas passaram a crescer em países subdesenvolvidos e contribuíam para o aumento da fome, pobreza e número de casos de doenças vinculadas ao tabaco (TEIXEIRA; PAIVA; FERREIRA, 2017).

Entretanto, apenas a partir de 2003, com o nascimento da Convenção-Quadro para o controle do tabaco enxergou-se a necessidade de encarar as demandas de saúde decorrentes do tabagismo de forma não regionalizada, corroborando assim para a união de países vinculados a OMS em favor da redução dos impactos econômicos, sociais e de saúde causados pelo uso do tabaco, bem como para a elaboração de políticas públicas eficazes para o seu controle (CORREIA JÚNIOR; VENTRURA, 2015).

Diante desta perspectiva os países sentiram-se estimulados a implementar das medidas estabelecidas nessa convenção, beneficiando o maior número de indivíduos possível. As pretensões têm foco no desenvolvimento de estratégias para atuar sobre os determinantes do tabaco, principalmente por políticas públicas, objetivando redução, proteção, auxílio aos indivíduos em relação aos malefícios, proibição de publicidades e aumento dos impostos sobre o produto como forma de inviabilizar seu acesso (OMS, 2019).

A OMS ainda destaca que sistemas de monitoramento e a inserção de políticas de prevenção do tabaco são essenciais, principalmente para a proteção contra a acessibilidade de crianças e adolescentes, contribuindo dessa maneira para redução de custos na saúde, uma vez que quanto mais precocemente estes tiverem informações sobre a nocividade e efeitos do tabaco para o organismo, maior as chances de não se tornarem indivíduos tabagistas. Esta é uma das principais medidas e objetivos, assim como a redução de mortes prematuras atreladas ao cigarro (OMS, 2019).

Os esforços para construção de políticas de prevenção ao tabaco também são estimulados pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), porém de acordo com o planejamento estratégico para as américas para os anos de 2018 a 2022 e a observação de ações detectadas, constatou-se que o único item predominante em crescimento quando comparado às metas propostas são a criação de espaços livres de fumo, enquanto que a comercialização irregular e a publicização do produto caminha a lentamente (OPAS, 2019).

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA NACIONAL DE TABAGISMO BRASILEIRA

A trajetória antifumo no Brasil iniciou-se nos anos 1970 quando o assunto, após anos de resultados de pesquisas científicas que demonstraram a proporção de substâncias tóxicas e causadoras de cânceres e doenças crônicas contidas em cigarros,

passou a ser pauta dos encontros mundiais de saúde. Os movimentos iniciaram com o apoio da sociedade médica, de instituições públicas e particulares, como as secretarias estaduais e municipais de saúde e a participação popular na criação da Política Nacional de Controle do Fumo (INCA, 2020).

Assim, a partir deste período as expedições antitabagistas, até então discutidas em um âmbito de moralidade e valores culturais, não atingiam impactos positivos, pois à medida em que a ciência demonstrava os malefícios causados pelo hábito de fumar no país, cresciam exponencialmente a produção e comercialização da matéria base para produção de cigarros e derivados (BARRETO, 2018).

Nesse aspecto, o INCA possui um papel fundamental para a criação e estímulo a aplicação de programas e políticas públicas no enfrentamento do tabaco, uma vez que este, juntamente com o Ministério da Saúde (MS) estiveram à frente durante a década de 1990, porém, as ações iniciais foram apenas voltadas para a prevenção de cânceres atrelados ao uso da nicotina, visto que este relaciona-se com os tipos mais prevalentes de carcinomas no Brasil (INCA, 2020).

Em modelo proposto inicialmente, o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), visava, além das relações parceiras, a formação de gestores de opiniões públicas com capacidade crítica para desestimular a aceitação ao tabaco. Nesse momento apenas três conjuntos da sociedade eram beneficiados com a iniciativa: escolas, unidades de trabalhos e centros de saúde (JAQUES, 2010).

Em relação aos Programa e Política Nacional de Controle do tabagismo, estes fortaleceram-se a partir da Convenção Quadro da OMS, em 2005, quando o país integrou as metas nacionais e as sugestões internacionais com a Política Nacional de Saúde, agindo assim em concordância com os setores públicos e privados, com medidas e obrigações legais a serem cumpridas e estabelecidas pelo Estado brasileiro (CAVALCANTE *et al.*, 2017).

Esses empenhos não restringem-se a nível nacional, o Brasil tem se mostrado capaz de estimular e exportar ideias para que as metas contidas na convenção, no sentido de que estas venham a ser implementadas por outros países, visando a melhoria e redução do número de fumantes em escala global. Este também se torna destaque no cenário internacional pela facilitação em criação de protocolos e decisões suficientes para atender as implementações das leis antifumo (ROMERO; SILVA, 2011).

Outro aspecto relevante, no que diz respeito às políticas nacionais de tabagismo, é a sua inserção no planejamento de ações de saúde em seus três níveis de atenção, primária, secundária e terciária, permitindo um alcance muito maior em indivíduos para tratamento e acompanhamento, bem como a capacitação e qualificação de milhares de profissionais na prestação de um atendimento eficaz e condizente com os aspectos que permeiam o tabagismo (INCA, 2014).

3.3 IMPACTOS NA POLÍTICA DE TABAGISMO NA SAÚDE BRASILEIRA

A partir da década de 1990 percebe-se um avanço inquestionável em relação às metas e a institucionalização de medidas nacionais antifumo, tornando o Brasil um

dos principais destaques, mundialmente falando, na aplicação de regras e redução de incidência de fumantes, alcançando o segundo lugar em implementação de práticas antitabagistas, principalmente na área de educação em saúde, provocando uma redução significativa de consumo de cigarro ao longo dos anos (BRASIL, 2019).

Um dos aspectos relevantes a partir de 1990 foram a proibição de campanhas comerciais em televisão, rádios, *outdoors* e demais meios de comunicação, estimando-se que essa atitude contribuiu para a redução de quase 50% na prevalência de tabagismo em três décadas, demonstrando a importância e o somatório dos esforços em relação a exposição do cigarro, uma vez que estudos expõem as propagandas como um forte marcador para estímulo de aquisição do produto (BARRETO, 2018).

Contudo, em relação a produção da matéria base, os estudos demonstram que o Brasil ocupa um espaço intrigante no cenário internacional como o segundo maior produtor de cigarro e tabaco, movimentando bilhões, sendo um dos meios de agronegócios rentável, porém, em contraposição dispõe de consumo interno de menos da metade do que produz (SOFIATTI, 2018). Este aspecto torna o produto bem acessível, principalmente em indivíduos de baixa de renda, apesar dos altos impostos sobre o cigarro (PAES, 2017).

Decorrente a este fato, existe no Brasil um forte comércio ilegal do tabaco, incentivados pela própria indústria, portanto, é evidente que a implementação de um protocolo rígido e em totalidade proposto pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, aumentou os impostos ríspidamente a fim de que o preço final do cigarro se torne inacessível para mais classes sociais (ABRASCO, 2019).

Outro ponto negativo refere-se à questão de proteção contra fumaça em ambientes coletivos como bares, restaurantes e similares, e até mesmo ambientes de trabalho em que, segundo o estudo de Bialous e seus colaboradores (2010), as leis existentes no país são impróprias e envolvem interesses do setor produtivo em diminuir a importância das políticas, envolvendo esse fato pertinente, pois comprovou-se cientificamente que o rendimento dessas instituições não são afetados pela implementação da estratégia.

Em relação aos desafios a enfrentar estão a ampliação da oferta do programa antitabagista em cem por cento das cidades brasileiras, levando-se em conta também o acompanhamento e avaliação do tratamento, além da disposição de insumos, locais adequados para atendimento da demanda, recursos materiais e principalmente uma equipe especializada em atender as necessidades dos indivíduos (LONGANEZI, 2016).

De acordo com Figueiredo e seus colaboradores (2016) a prevalência de adolescentes fumantes no país entre 12 e 17 anos é bastante significativa quando se observa aqueles que vivem em situação de vulnerabilidades sociais, o que aumenta o risco de estes se tornarem adultos dependentes do tabaco. Assim seria interessante a criação de um modelo mais específico de acompanhamento de fumantes adolescentes identificando suas especificidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Brasil tem reduzido drasticamente ao longo dos anos a prevalência de fumantes e dependentes de nicotina, porém, cabe ressaltar que os desafios são

grandes e precisam ser encarados e avaliados com mais seriedade pelo poder público, haja vista que estes impactam tanto na saúde pública quanto na economia do país.

Cabe ressaltar que alguns aspectos precisam ser mais fiscalizados e avaliados como as leis de proteção contra fumaça em ambientes coletivos, comércio ilegal do tabaco e aumento de impostos sobre o produto para que este torne-se cada vez menos acessível aos indivíduos, principalmente entre os adolescentes de baixa renda, ampliando dessa forma os impactos na saúde, por meio de uma política pública mais inclusiva e efetiva.

REFERÊNCIAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Pelo fortalecimento da política nacional de controle de tabagismo**. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/pelo-fortalecimento-da-politica-nacional-de-controle-do-tabagismo/40687/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BIALOUS, Stella Aguinaga; PRESMAN, Sabrina; GIGLIOTTI, Analice; MUGGLI, Monique; HURT, Richard. A resposta da indústria do tabaco à criação de espaços livres de fumo no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 27, n. 4, p. 283-290, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892010000400007. Acesso em: 5 maio 2020.

BARRETO, Ivan Farias. Tabaco: a construção das políticas de controle sobre seu consumo no Brasil. **Hist. cienc. Saúde**, Mangueiras, RJ, v. 25, n. 3, p. 797-815, set. 2018.

BAZOTTI, Angelita *et al.* Tabagismo e pobreza no Brasil: uma análise do perfil da população tabagista a partir da POF 2008-2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 45-52, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015211.16802014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil é o 2º país a alcançar as medidas de combate do tabaco da OMS**. Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45616-brasil-e-o-2-pais-a-alcancar-as-medidas-de-combate-do-tabaco-da-oms>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAVALCANTE *et al.* Tânia Maria. Brasil: balanço da Política Nacional de Controle do Tabaco na última década e dilemas. **Caderno de Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. 00138315, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s3/1678-4464-csp-33-s3-e00138315.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.

CORREIA JUNIOR, Rubens; VENTURA, Carla Arena. O tabaco e sua legislação no cenário internacional – A Convenção - Quadro para o Controle do Tabaco como paradigma frente à diplomacia e à governança em saúde global. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 9, n 2, jun. 2015. ISSN 1981-6278. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/949/1948>. Acesso em: 4 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Valeska Carvalho; SZKLO, André Salém; COSTA, Leticia Casado; USCHNIR, Maria Cristina C.; SILVA, Tiago Luiz Nogueira; BLOCH, Katia Vergetti *et al.* ERICA: prevalência de tabagismo em adolescentes brasileiros. **Rev Saude Publica**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s1/pt_0034-8910-rsp-S01518-87872016050006741.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Rede de tratamento de do tabagismo no SUS**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/programa-nacional-de-controle-do-tabagismo/tratamento>. Acesso em: 10 mar. 2020.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco**. Rio de Janeiro, 2017.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Programa nacional de controle do tabagismo**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/programa-nacional-de-controle-do-tabagismo>. Acesso em: 10 mar. 2020.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Política nacional de controle do tabaco: relatório de gestão e progresso 2011-2012**. Rio de Janeiro, 2014.

JAQUES, Tiago Alves. **Impasses e estratégias: convenção-quadro e controle do tabagismo no Brasil (1986-2005)**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

LONGANEZI, Valéria. **Efetividade do programa de tratamento do tabagismo oferecido pelo SUS no estado de São Paulo**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) – Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/07/1006097/valerialonganezi-dissertacaocompleta.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Uso e exposição à fumaça do tabaco no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 239-248, jun. 2015.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório da OMS sobre a epidemia Global do Tabaco, 2019:** Oferecer ajuda para deixar de fumar - Resumo. Suíça, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/325968/WHO-NMH-PND-2019.5-por.pdf?ua=1>. Acesso em: 10 maio 2020.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Estrategia y plan de acción para fortalecer el control del tabaco en la Región de las Américas 2018-2022.** Washington, D.C.: OPS; 2019.

PAES, Nelson Leitão. Uma análise ampla da tributação de cigarros no Brasil. **Planejamento e políticas públicas – PPP**, Brasília, n. 48, jan./jun. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7989/1/ppp_n48_an%C3%A1lise.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

ROMERO, Luiz Carlos; SILVA, Vera Luísa Costa. 23 anos de controle de tabaco no Brasil: a atualidade do programa nacional de combate ao fumo de 1988. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 305-314, 2011. Disponível em: https://rbc.inca.gov.br/site/arquivos/n_57/v03/pdf/03_artigo_23_Anos_controle_tabaco_brasil_atualidade_programa_nacional_combate_fumo_1988.pdf. Acesso em 10 mar. 2020.

TEIXEIRA, Luiz Antônio da Silva; PAIVA, Carlos Henrique Assunção; FERREIRA, Vanessa Nolasco. A convenção-quadro para o controle do tabaco da Organização Mundial da Saúde na agenda política brasileira, 2003-2005. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 00121016, 2017.

SOFIATTI Maria Luisa Felício. **Brasil, grande produtor e exportador de tabaco e derivado:** a luta contra o tabagismo e o crescimento do comércio ilegal no âmbito nacional e internacional. 2019. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24736>. Acesso em: 10 Maio de 2020.

VIEGAS, Carlos Alberto de Assis. Formas não habituais de uso do tabaco. **J. bras. pneumol.**, São Paulo, v. 34, n. 12, p. 1069-1073, dez. 2008.

Data do recebimento: 16 de junho de 2020

Data da avaliação: 5 de outubro de 2020

Data de aceite: 17 de novembro de 2020

1 Acadêmica do curso de Enfermagem, Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.
E-mail: kelly.anny@souunit.com.br.

2 Acadêmica do curso de Enfermagem, Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.
E-mail: leticia.marques1407@gmail.com

3 Professora do curso de Enfermagem, Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.
E-mail: ana.rebelo@souunit.com.br

4 Professora do curso de Enfermagem, Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.
E-mail: cristine.maria@souunit.com.br